



## Sistemas do INSS não funcionam mesmo após a suspensão programada em 28, 29 e 30 de janeiro

O Sistema do INSS, mesmo após a paralisação das atividades do INSS nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2026, em razão da suspensão programada dos sistemas para atualizações tecnológicas e modernização das plataformas, medida amplamente divulgada pelo próprio INSS e pela mídia, continua apresentando um cenário muito diferente do que foi prometido: os sistemas não voltaram a funcionar plenamente.

Passada a suspensão, a partir da segunda-feira, dia 02, diversos sistemas essenciais não funcionaram de forma integral, apresentando muitas instabilidades, falhas de acesso e indisponibilidade de ferramentas indispensáveis para o atendimento da população, tanto presencialmente, quanto virtualmente.

Uma nota técnica emitida

pela Dataprev, em 08 de janeiro, já alertava para instabilidade e restrições no ambiente de produção durante o mês de fevereiro.

Esse novo problema causa impacto direto nos segurados, pois o servidor fica impedido de analisar, concluir e conceder benefícios, o que vai aumentar ainda mais a já extensa fila do INSS.

É fundamental destacar que o principal fator que alimenta a fila não é apenas a falta de servidores, mas sobretudo as falhas recorrentes nos sistemas, que impedem o trabalhador de executar suas tarefas, comprometendo a sua produtividade.



Vale lembrar que os servidores do INSS não são responsáveis pela paralisação, nem pelas consequências dela. Ao contrário, eles querem trabalhar, querem atender a população, mas estão sem condições técnicas para isso e não podem ser responsabilizados por falhas provocadas pela própria Autarquia.

Com informações da Condsef.

## Lei do licenciamento ambiental entra em vigor com ações no STF

Especialistas dizem que algumas leis geram insegurança jurídica

[Matéria completa em  
www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)



## AVISO

Informamos que, em razão das festividades de Carnaval, não haverá expediente do dia 16 ao dia 18/02/2026. Retornaremos às nossas atividades normais em 19/02/2026 (quinta-feira).

A DIREÇÃO



# Isenção do IR beneficia mais de 15 milhões de trabalhadores, diz estudo do Dieese

Dados de um estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre os impactos da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e reduz a cobrança para rendas intermediárias comprovam o que a CUT tem dito ao longo de sua história sobre justiça tributária—quem ganha mais tem de pagar mais, quem ganha menos tem de pagar menos.

“Essa é uma luta de muitos anos das centrais sindicais, especialmente da CUT, pela atualização da tabela do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. É uma conquista importante para a classe trabalhadora”, afirmou o secretário-geral da CUT, Renato Zulato, num ato promovido pela CUT no último dia 5.

A nova regra foi sancionada em novembro de 2025 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva e ela já pode ser sentida nos holerites de fevereiro.

## O estudo

A nota técnica do DIEESE mostra que a Lei nº 15.270 deve retirar ou reduzir o imposto de aproximadamente 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Cerca de 10 milhões de pessoas deixam de pagar o Imposto de Renda e outras cinco milhões passam a recolher menos. Entre os beneficiados estão 8,9 milhões de homens e 6,2 milhões de mulheres.

O recorte por cor e raça evidencia desigualdades estruturais do mercado de trabalho. Entre os celetistas, 92% das mulheres negras e 88% dos homens negros passam a ficar totalmente isentos do imposto.

Entre homens não negros, o percentual é de 77%.

Na prática, a medida alcança quase integralmente setores de menor remuneração. No serviço doméstico, 97% das trabalhadoras e trabalhadores ficam isentos. Nos ramos de alojamento e alimentação, o índice chega a 96%.

No comércio, cerca de 91% dos empregados deixam de pagar o imposto, representando aproximadamente 8,5 milhões de comerciários. Mesmo na indústria de transformação, setor com salários médios mais elevados, 80% dos trabalhadores são beneficiados.

## Paga mais quem ganha mais

Contribuintes com rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil passam a pagar alíquotas progressivas, que chegam a 10% para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano. Cerca de 140 mil pessoas estão nesse grupo.

Antes da reforma, o sistema brasileiro era regressivo no topo da renda. Pessoas muito ricas pagavam, proporcionalmente, menos imposto do que trabalhadores de renda intermediária. A nova lei busca alterar essa lógica.

## O efeito na economia

O impacto econômico também é relevante. O DIEESE estima que cerca de R\$ 26,2 bilhões adicionais por ano passem a circular na economia, sendo R\$ 20,9 bilhões entre celetistas e R\$ 5,2 bilhões entre



servidores estatutários.

Esse aumento da renda disponível tende a fortalecer o consumo das famílias e dinamizar o mercado interno.

## Informar é preciso

O estudo também aponta um desafio de informação, pois 75% da população apoiam a ampliação da isenção e 60% defendem a taxação dos super-ricos, mas 56% ainda desconhecem essa política pública.

Para a CUT, a ampliação da isenção do Imposto de Renda mostra que a organização e a luta coletiva produzem resultados concretos na vida da classe trabalhadora. A entidade destaca, no entanto, que a mobilização precisa continuar em outras frentes, como no enfrentamento à jornada 6x1, que compromete a saúde, o convívio familiar e a qualidade de vida de milhões de trabalhadores.

“Vamos continuar lutando durante todo o ano e orientando os sindicatos a incluírem essas reivindicações nas negociações coletivas, para criar um paradigma nacional e demonstrar ao Congresso que se trata de uma grande manifestação popular”, afirmou Renato Zulato.

Fonte: CUT